

APDSI

ASSOCIAÇÃO
PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO
DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO



ACT! ON “Emergência Social” CONCLUSÕES

20 de maio de 2022

A área de Cidadania e Inovação Social da APDSI, no âmbito da atividade do seu Grupo de Missão “CivicTech” dinamizou e promoveu o ACT! ON “Emergência Social” a 12 de maio.

*Nesta sessão, **Nuno Guerra Santos**, Vogal da Direção da APDSI, e **Patrícia Faro Antunes**, Diretora de Sustentabilidade da Accenture, estiveram à conversa com **Mário Ribeiro**, Diretor de departamento do Alto Comissariado para as Migrações, **Hugo de Sousa**, Sparked wehelpukraine.org, e **Inês Alexandre**, Head of Digital Ecosystem da Girl Move Academy.*

*As sessões ACT! ON pretendem **dar a conhecer projetos de Civictech para que cidadãos e entidades se sintam motivados à sua utilização ou inspirados para a utilização de formatos semelhantes.***

O conflito na Ucrânia foi o ponto de partida para esta sessão com a criação do “We help Ukraine”, que através de um grupo de voluntários, e utilizando um conceito

semelhante ao “Airbnb”, agrega no mesmo espaço pessoas a necessitar de ajuda na Ucrânia, refugiados e entidades disponíveis para fornecer apoio.

Tiago Gonçalves e Cristina Spinache são os coordenadores do grupo “Civictech”. A criação de plataformas digitais em situações de emergência social tem vindo a crescer, uma vez que dão uma “resposta efetiva e rápida a essas situações”.

O conflito na Ucrânia terá demonstrado, mais uma vez, a capacidade que os povos têm de se unir em prol de causas e veio reforçar o papel das plataformas digitais para dar resposta às emergências sociais. **No setor público social há muitas entidades que têm vindo a adotar o digital para concretizarem a sua missão de forma permanente com um leque de respostas muito abrangente.**

A tecnologia tornou-se mais próxima das causas e em situações de desastres naturais ou de guerras, as plataformas digitais permitem que as vítimas procurem ajuda, soluções ou falem com familiares e que os bens necessários cheguem a quem mais deles necessita, e tudo monitorizado em tempo real.

Mário Ribeiro, Diretor de departamento do Alto Comissariado para as Migrações, começou por enquadrar o papel do Departamento de Apoio e Assistência Migratória, sendo este o Instituto Português responsável pelo acolhimento e integração de população migrante em Portugal. Em 2020 houve a necessidade de adaptação das respostas dadas pelos CNAIM (Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes), devido à Covid 19, passando a responder também por e-mail e telefone. O contacto passou também a ser feito por videoconferência, dando respostas de âmbito jurídico, educacional, social, de empregabilidade, entre outras respostas. Para além destas respostas, este serviço também é complementado pelo serviço de tradução telefónica, sempre que necessário, e pela Linha de Apoio a Migrantes.

A sociedade civil tem um papel fundamental no apoio às situações de emergência social, na medida em que se consegue unir para dar respostas de emergência e de voluntariado. Muitas vezes, no seio de movimentos civis, conseguiu-se ir buscar pessoas à fronteira e foram encontradas soluções temporárias de acolhimento e de integração dos que estão a procurar Portugal para viver. O trabalho em rede promove a eficácia das respostas em comunicação e articulação com os serviços

governamentais. “Estamos orgulhosos da forma como nos temos adaptado às necessidades dos que procuram o nosso país”, refere Mário Ribeiro.

A tecnologia mudou a forma como lidamos com as crises humanitárias e trouxe contributos muito positivos. No caso da Ucrânia e da Covid-19 o online permitiu cruzar necessidades e chegou a todo o território nacional. A plataforma de proteção temporária facilitou o processo de integração de refugiados e reforçou a comunicação com instituições parceiras, com menos barreiras burocráticas. O apoio a pessoas com deficiência também está contemplado para que de forma rápida e fácil tenham o acompanhamento mais ajustado e adequado.

As ferramentas digitais ajudam a reduzir viagens e dispensam determinadas ferramentas administrativas. Para a transição digital também é importante capacitar as pessoas para usarem os serviços online, tendo em mente os migrantes e os idiomas de todos os que nos procuram e não apenas disponibilização de serviços traduzidos para Inglês. Certo é que ninguém pode sair do Alto Comissariado sem uma resposta.

A democratização da ajuda humanitária pode trazer algumas consequências negativas na dispersão da ajuda? Sim, pode fazer com que as pessoas tenham dúvidas em relação aos canais oficiais e qual deles tem a informação mais correta.

A verdade é que “a orquestração de meios civis em escala não existe; o que existe são esforços orgânicos e metade corre mal”, responde Hugo de Sousa, acrescentando que os sites de ajuda de organismos públicos só estavam em Português e em Inglês quando a maioria dos cidadãos ucranianos com mais de 40 anos só fala Ucraniano e Russo.

“A resposta rápida e em rede que flua é o cenário ideal, mas é uma resposta que ainda depende de vários atores”, justifica Mário Ribeiro. O Alto Comissariado para as Migrações está a implementar um projeto que permitirá acompanhar mais facilmente todos os clientes que procurem os serviços da RNAIM (Rede Nacional de Apoio à Integração de Migrantes).

Hugo de Sousa, Sparked wehelpukraine.org, Managing Partner at Innovation by Kaizen, Visiting Lecturer @ Bayes Business School – City University of London + Guest

Speaker @ Nova SBE Executive Education, explicou que o movimento surgiu no dia 26 de fevereiro (dois dias depois do conflito) quando se lembrou que os avós tinham recolhido refugiados na altura da II Guerra Mundial. Hugo de Sousa socorreu-se da sua base de dados na área das tecnologias para cruzar dados entre quem tinha um quarto para oferecer e quem precisava dessa ajuda. A primeira versão do wehelpukraine.org surgiu em 24 horas de forma voluntária. Três dias depois surgiu um vídeo do Presidente da República a apelar ao uso do site. Entidades e marcas rapidamente se juntaram ao movimento e uma semana depois já havia 300 voluntários a trabalharem para a mesma causa, sempre com o cuidado e a preocupação da proteção dos dados dos refugiados. A tecnologia estava disponível, não havia hierarquias, mas sim uma grande vontade da sociedade civil para dar resposta a um cataclismo deste género. Não há, contudo, processos logísticos que tornem seguro ajudar e ser ajudado.

“Usámos métodos de exploração de ideias e conseguimos colocá-la em prática porque as pessoas ajudavam de qualquer forma e sem restrições num modelo completamente *agile*”, descreveu Hugo de Sousa.

As redes sociais também servem para mobilizar uma ajuda em massa até porque nós já pensamos e agimos digital de manhã à noite. Ainda assim, surgiram barreiras nos primeiros momentos de mobilização voluntária de ajuda: “apercebi-me do défice de conhecimento que existe ao nível da liderança no voluntariado. Muitas associações usam o Excel para gerir o seu dia-a-dia o que faz com que muitos dos alimentos ou objetos doados não cheguem ao seu destino ou não cheguem em tempo útil”, acrescentou Hugo de Sousa. “Tudo o que é humanitário tem que pensar digital e a rapidez é fundamental”, resume.

De salientar que esta é a primeira guerra com Internet e o que está a fazer com que a Ucrânia consiga oferecer resistência à Rússia é a tecnologia “e todo o apoio que está a ser dado em matéria de ferramentas tecnológicas. Elon Musk enviou a Starlink para lá”. O Ministro do Digital da Ucrânia é hoje o operacional mais importante no terreno. A guerra em 2022 é uma guerra de software e prova disso é que o Ministro conseguiu o apoio de Elon Musk com um tweet; foi assim que lhe enviou os satélites.

A segurança é muito importante, nomeadamente no apoio humanitário que é dado em transportes para evitar o desaparecimento de pessoas. “Os organismos que prestam este tipo de apoio pararam nos anos 80”, critica o fundador da wehelpukraine.org, que pretende, com a tecnologia, amplificar este trabalho que já é feito, mas de forma desordenada.

As crises e eventos disruptivos vão continuar a acontecer cada vez mais e os governantes têm que tomar decisões em tempo real com base na tecnologia que tem de estar no nosso ADN. A digitalização chegou, mas a várias velocidades. A questão é que nós já somos digitais; não estamos em transição digital.

Inês Alexandre, Head of Digital Ecosystem da Girl Move Academy, ajuda a empoderar novas mulheres, aposta na igualdade de género, e acredita que essa é também uma emergência social. A história mostra-nos que a desigualdade de género vai criando cada vez mais silos na sociedade e temos que empoderar as jovens mulheres para o conhecimento teórico, ou seja, as pessoas têm que perceber como tudo começou, porque só assim “vamos conseguir educar para a mudança”. **As quotas de futuro serão de inclusão e igualdade de género.**

A Girl Move Academy conta com vários parceiros nacionais e internacionais à volta da sua missão que ajudam a olhar para a desigualdade de género de forma o mais capacitada possível.

Há três grandes programas na Girl Move Academy: um deles é o Change onde estão cerca de 40 raparigas a viver fisicamente numa Academia em Nampula e que tentam alterar a forma sistémica da liderança em Moçambique. Há uma incubadora (a Grass Roots) onde várias empresas portuguesas ajudam a encontrar soluções inovadoras em Moçambique. Quando essas raparigas cá vêm há também uma rede de parceiros e empresas que as acolhem porque todos estão cada vez mais conectados pela tecnologia.

Na Girl Move Academy começaram a ser digitalizadas tecnologias para raparigas locais onde não havia computadores, Internet ou sequer corrente elétrica. A Inês Alexandre concluiu que, apesar de ter desenhado cá uma solução que lhe parecida bem

conseguida, concluiu que a realidade em Moçambique é bastante diferente. O número de inscrições para o que se pretendia foi, ainda assim, bastante elevado, o que comprova que aquele *target* quer fazer parte da digitalização, mas, por outro lado, não está preparado para aderir mesmo nos passos mais básicos. “Isto diz-nos muito sobre a forma como encaramos a literacia porque muitas vezes quem está neste mundo do digital raramente vive na comunidade que sofre de determinado problema”, admite Inês Alexandre.

Usar corretamente a tecnologia é uma das melhores formas de combater a desigualdade de género e diminuir injustiças. É preciso capacitar para a literacia digital, embora frequentemente a digitalização seja sobre descobrir a forma mais inteligente para alcançar determinados grupos, usando as ferramentas com as quais essas pessoas já estão mais familiarizadas.

“O termo responsabilidade social já devia estar num museu; é o mínimo olímpico de todos nós enquanto sociedade e que em comunidade temos de fazer. É preciso dar liberdade às pessoas para fazerem voluntariado de competências”, considera. **As organizações precisam de apostar na profissionalização do voluntariado, ou seja, recorrer a talento pago.**

Sobre uma visão de futuro para fazer face às emergenciais sociais, Inês Alexandre é da opinião que tem de ser usada “uma forma ética de rastrear o que pode ou não ser feito; é preciso qualificar, estruturar e profissionalizar o voluntariado. É muito difícil encontrar uma organização que ainda não tenha Excel e isso deixa as pessoas muito mais cansadas”.

Esta sessão foi organizada pelo grupo de missão “CivicTech” da APDSI, um grupo que cria projetos em que as ferramentas sociais e os dados abertos são usados para promover a participação cívica e a defesa dos direitos humanos.

SOBRE A APDSI

Criada em 2001, a Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação (APDSI) tem por objetivo a promoção e desenvolvimento da transformação e inclusão digital em Portugal, reunindo com este interesse comum profissionais, académicos, empresas, organismos públicos e cidadãos em geral.

Na linha destes propósitos a APDSI tem vindo a desenvolver diversas atividades em torno de causas tecnológicas e sociais, que se traduzem num conjunto de eventos, recomendações e estudos realizados por grupos de trabalho multidisciplinares em diversas áreas de intervenção, como a Segurança, os Serviços Públicos Digitais, a Saúde, a Cidadania e Inovação Social, o Território Inteligente, a Governação das TIC, a Inteligência Digital, a Política Digital e Governança, os Futuros da Sociedade da Informação e as Competências digitais.

Em todos estes trabalhos a APDSI procura identificar as tendências de evolução e também as interações entre as tecnologias e outras dimensões sociais e económicas, contribuindo com uma visão mais aberta para a discussão e tendo como meta a eficaz perceção e implementação destes conceitos na Sociedade Portuguesa. A APDSI tem o Estatuto de Utilidade Pública e foi em 2008 reconhecida como ONGD.

ASSOCIE-SE

URL | www.apdsi.pt

email | secretariado@apdsi.pt

APDSI

ASSOCIAÇÃO
PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO
DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO



Associação de Utilidade Pública
ONG – Organização Não Governamental

Rua Alexandre Cabral, 2C – Loja A
1600-803 Lisboa – Portugal
URL: www.apdsi.pt

Tel.: (+351) 217 510 762
Fax: (+351) 217 570 516
E-mail: secretariado@apdsi.pt

Patrocinadores Globais da APDSI

Platina



Ouro

